

Claus Dieter Stobäus
Juan José Mouriño Mosquera
(Orgs.)



Educação Especial:

em direção à
Educação Inclusiva



3^a Edição




EDIPUCRS

© EDIPUCRS, 2003; 2ª ed. 2004; 3ª ed. 2006

Capa:

Clarissa Furlan Zabka

Preparação de originais:

Eurico Saldanha de Lemos

Revisão:

dos organizadores

Revisão técnica:

Liziane Zanotto Staevie

Editoração:

Supernova Editora

Impressão e acabamento:

Gráfica Epecê

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24e Educação Especial: em direção à educação inclusiva / organizadores Claus Dieter Stobäus, Juan José Mouriño Mosquera. – 3. ed. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2006.

271p.

ISBN 85-7430-554-5

I. Educação 2. Educação Especial I. Stobäus, Claus Dieter II. Mosquera, Juan José Mouriño I. Título

CDD 371.9

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da BC-PUCRS.



EDIPUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33

Caixa Postal 1429

CEP 90619-900 Porto Alegre, RS – BRASIL

Fone/Fax: (51) 3320-3523

E-mail: edipucrs@pucrs.br

www.pucrs.br/edipucrs

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa da Editora.

CAP. 2

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO – UMA LONGA CAMINHADA

MARILENE DA SILVA CARDOSO*

INTRODUÇÃO

É importante conhecer e contextualizar a Educação Especial desde os seus primórdios até a atualidade, abordando a segregação das pessoas com deficiência em diversos períodos históricos da humanidade, assinalando o processo de exclusão destes sujeitos até a chegada do novo milênio, no qual uma nova filosofia e um novo paradigma da inclusão se descortinam para as pessoas com necessidades educacionais especiais na sociedade ocidental.

RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Conforme nos relata Correia (1997), a história assinala, desde a Idade Antiga, as políticas extremas de *exclusão* de crianças deficientes. Em Esparta, na antiga Grécia, essas crianças eram abandonadas nas montanhas, em Roma foram atiradas nos rios. Os registros históricos comprovam que vem de longo tempo a resistência à aceitação social das pessoas com deficiência e demonstram como as suas vidas eram ameaçadas. Os dados revelam essa evidência entre os roma-

* Pedagoga habilitada em Educação Especial. Professora da Faculdade de Educação da PUCRS. Mestre em Educação e Doutoranda em Educação pela PUCRS.

nos, no início da era cristã. Como afirma Misés (1977, p. 14) sobre aqueles tempos:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.

Ao longo da Idade Média, nos países europeus, os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos. Então, deviam ser afastados do convívio social ou, mesmo, sacrificados. Comenta que havia posições ambíguas: uma seria marca da punição divina, a expiação dos pecados; a outra, a expressão do poder sobrenatural, o privilégio de ter acesso às verdades inatingíveis para a maioria.

A literatura de Educação Especial, segundo Ferreira (1994), registra a história do atendimento à pessoa com necessidades especiais no mundo ocidental, incluindo o deficiente mental, a partir de meados do século XVI, quando a questão da diferença ou a fuga ao padrão considerado normal vai passar da órbita de influência da Igreja para se tornar objeto da Medicina.

Bianchetti et al. (1998, p. 45) afirmam:

De todo modo, diversas vantagens se oferecem para o deficiente ao passar das mãos do inquisidor às mãos do médico. Passando pelas instituições residenciais no século XIX e as classes especiais no século XX. No século XIX, os médicos passaram a dedicar-se ao estudo desses seres diferentes – os deficientes, como eram chamados.

Fonseca (1995) aponta os estudos de Jean Itard (1775-1838), na França, que foi considerado o pai da *Educação Especial*, investiu grande parte de sua vida na recuperação de Vitor (um menino portador de deficiência mental profunda). Com Vitor (o menino lobo), nasce talvez a primeira tentativa

para educar e modificar o potencial cognitivo, devendo-se a Itard o primeiro esforço e estudo sistemático de reabilitação de uma criança diferente. Em nossos dias, enquanto profissionais da Educação Especial, podemos perceber que os estudos e pesquisas de Itard estabeleceram as bases para a revolução da Educação Especial, na medida que suas descobertas, bem como seus posicionamentos, serviram de base para propostas que podem ser consideradas conquistas disponibilizadas aos estudiosos e àqueles que trabalham com indivíduos considerados deficientes.

Conforme relata Jiménez (1993), ao final do século XVIII e início do século XIX, se inicia nos países escandinavos e na América do Norte o período da institucionalização especializada das *peessoas com deficiências*, e a partir daí surge a Educação Especial. A sociedade toma consciência da necessidade de atender essas pessoas, mais com caráter assistencial que educativo. A assistência era proporcionada em centros, na qual *peessoas com deficiências* eram atendidas e assim a sociedade era protegida do contato com os anormais.

Com isso se inicia o denominado período de *segregação*, no qual, segundo Correia (1997), se criaram as denominadas escolas especiais, nas quais a política era separar e isolar as crianças do grupo principal e majoritário da sociedade, tentando evidenciar um empenho na resolução de problemas.

Iniciam-se, nesse período da história da Educação Especial, os primeiros estudos sobre tratamento de pessoas portadoras de deficiência, entre eles os de Philippe Pinel, em 1800, que escreve os primeiros tratados sobre os atrasados mentais; os de Esquirol, entre 1780 e 1820, que estabeleceu a diferenciação entre idiotia e demência; os de Seguin, de 1840 até 1870, que elaborou um método para a educação de crianças com atraso mental, que denominou método fisiológico.

Já a educação escolar para o deficiente mental, no mundo ocidental, e a desinstitucionalização ocorrem no século XX, pela criação de programas escolares para os deficientes mentais leves e moderados, e pela relativa abertura das instituições. Também ampliam-se e se diversificam os serviços especiais. Alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE), à época chamados *excepcionais*, aparecem na escola.

No Brasil, segundo Bueno (1993), até a década de 50 do século passado, praticamente não se falava em Educação Especial, mas na educação de ANEE. Na década de 70, a Educação Especial sofreu uma ampliação com a instalação de um verdadeiro subsistema educacional, com a proliferação das instituições públicas e privadas de atendimento aos ANEE e a criação de órgãos normativos federal e estaduais. Criam-se *classes especiais*, fase que se inicia com a categorização e classificação de deficientes mentais, resultando a aplicação da famosa escala métrica de inteligência criada por Binet e Simon (em 1905), os testes de quociente intelectual (QI).

Em 1978, Heron e Skinner (apud Correia, 1997) já comentavam que o ambiente educacional deveria ser o menos restritivo possível, que deveria propiciar elementos para que o professor do ensino regular atuasse com todos os alunos da classe, de forma que favorecesse a promoção das relações sociais aceitáveis entre os alunos com necessidades educativas especiais e os que não as possuem.

Entretanto, durante a década de 70, um amplo movimento fez com que diferentes países da Europa e das Américas prestassem uma atenção particular à organização dos seus serviços de educação especial, chamando a si a responsabilidade de garantirem também às crianças com NEE um processo educativo adaptado às suas necessidades individuais. A partir dos anos 80, surge a *integração* educativa como opção, defendendo-se que o ensino das crianças e jovens com dificuldades especiais deveria ser feito, pelo menos tanto quanto possível, no âmbito da escola regular.

Carvalho (1997) levanta a questão referente à nomenclatura, o uso de *excepcionais*, muito empregada no passado, substituída por expressões consideradas mais adequadas. *Pessoas portadoras de deficiência* popularizou-se na década de 80, hoje vem sendo criticada e substituída por *pessoas com necessidade especial* ou *pessoas com necessidade educacional especial*, ou ainda poderia ser *específica*.

Segundo UNESCO (1994, p. 40), nos últimos anos, mudanças importantes estão ocorrendo na conceituação da Educação Especial, as quais estão gerando novos enfoques educativos em muitas partes do mundo:

Falar de necessidades educacionais especiais implica enfatizar aquilo que a escola pode fazer para compensar as dificuldades do/a aluno/a, já que, neste enfoque, entende-se que as dificuldades para aprender têm um caráter interativo e dependem não apenas das limitações dos/as alunos/as, mas também da condição educacional que lhe é oferecida.

O conceito Necessidades Educativas Especiais, segundo Coll, Palacios e Marchesi (1995), começou a ser utilizado no final dos anos 60, mas não foi capaz de modificar a concepção dominante. O informe Warnock, solicitado pela Secretaria de Educação do Reino Unido, em 1974, teve o mérito de convulsionar os esquemas vigentes e popularizar uma concepção diferente de Educação Especial.

Então, o que significa um aluno com NEE como sendo aquele sujeito que possui Necessidades Educativas Especiais? Para Coll, Palacios e Marchesi (1995, p. 11), ele teria a seguinte concepção, “o aluno que apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade”.

A partir da década de 80 surgem, em nosso país, principalmente no Rio Grande do Sul, os estudos e aplicações da Estimulação Precoce, em bebês de zero a três anos de idade, que apresentam alguma alteração global em seu desenvolvimento, tanto na área hospitalar e médica, como nas escolas especiais e, posteriormente, nas creches e escolas infantis. A partir desta nova abordagem dinâmica no tratamento de bebês com deficiência mental, inicia-se a intervir mais precocemente nas desordens neuro-motoras, cognitivas e afetivas desses sujeitos, modificando o prognóstico de aprendizagem dos mesmos.

Sem dúvida, esta nova concepção não nega que os alunos tenham problemas em seu desenvolvimento. No entanto, a ênfase consiste em oferecer ao aluno uma mediação. A finalidade primordial é analisar o potencial de aprendizagem, como sujeito integrado em um sistema de ensino regular, avaliando ao mesmo tempo quais os recursos que necessita para que sua evolução seja satisfatória. O conceito necessidades edu-

cacionais especiais remete às dificuldades de aprendizagem e também aos recursos educacionais necessários para atender essas necessidades e evitar *dificuldades*.

Então, os programas de Ensino Especial ganham força, na medida que a maioria daqueles indivíduos não tem outra opção na sociedade normalizadora.

Embora, do ponto de vista legal e teórico, o discurso seja da igualdade de oportunidades, parece ocorrer uma falta de acesso aos meios regulares de ensino. Este sistema de Ensino Especial paralelo, criado para educar os *diferentes*, contribui também para que eles sejam segregados e excluídos da sociedade, que os nega.

Tomasini (1998, p. 124) relata que:

Essa atitude acaba por reforçar a criação de escolas especiais, o que faz com que as escolas regulares de ensino consigam se livrar com mais eficácia daqueles que consideram inaptos para usufruir de seus serviços. O discurso de que, ao serem educados, devem ser separados dos normais, em virtude de certas especificidades, na prática não contribui numa mudança de postura por parte da sociedade no que diz respeito aos seus direitos de cidadania.

O fenômeno da repetência escolar, no Brasil, reflete, no âmbito da Educação, o processo de participação-exclusão das camadas populares. Parte dessa população compõe, no nosso país, uma parcela de alunos encaminhados à Educação Especial, identificados então como *deficientes mentais leves* ou *portadores de distúrbios de aprendizagem e de linguagem*. Ao estabelecer a sua clientela como aquela que apresenta desvio em características biológicas psicológicas ou sociais, a Educação Especial reproduz, no seu âmbito de ação, o processo de participação-exclusão do contingente que oscila entre o trabalho desqualificado e o seu excedente.

Segundo Correia (1997), à medida que os conceitos de igualdade e justiça vão expandindo-se, as crianças e suas famílias evoluem de uma situação de passividade para um progressivo descontentamento com os procedimentos escolares que conduzia à segregação e exclusão das crianças ditas defi-

cientes. Nos últimos cem anos, verificou-se um processo dolorosamente lento de integração e participação das crianças com deficiência. A Educação Especial passa, neste final de século XX e início de XXI, por grandes reformulações, crises e mudanças. É dentro deste contexto histórico que se intensifica o processo de exclusão e que o termo *excepcional* passa a ser utilizado. Portanto, a história da humanidade, nas diferentes culturas ocidentais, nos transporta ao resgate das diferentes formas de se entender a Deficiência Mental e, portanto, seus paradigmas de atendimento. Observa-se assim, que a questão da definição da Deficiência Mental vem incomodando a sociedade em todos os tempos, implicando todo o processo do diagnóstico integral da pessoa portadora de Deficiência Mental.

A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: UM MOVIMENTO MUNDIAL EM AÇÃO

Devido à inquietação que a exclusão do *portador de deficiência* causava nos países da Europa, e também para reafirmar o direito de educação para todos, em 10 de junho de 1994, representantes de 92 países e 25 organizações internacionais realizaram a Conferência Mundial de Educação, encontro patrocinado pelo governo espanhol e pela UNESCO, conhecida na história da Educação como a *Declaração de Salamanca*.

Um dos aspectos mais ressaltados durante as discussões era o modo como o sistema educacional tem atuado, levando à exclusão de uma grande parcela dos alunos. Os especialistas revelaram que a inclusão dos grupos minoritários não é uma decorrência natural do sistema de ensino, mas exatamente o oposto. O sistema tende a excluir os alunos diferentes, privilegiando os alunos considerados normais.

A Declaração de Salamanca partiu do seguinte pressuposto (1994, p. 09):

As escolas regulares com orientação para a educação inclusiva, são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base

da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos.

Teve como objetivo fundamental apontar que (p.11):

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

A Declaração de Salamanca e a Política em Educação Especial culminou em um documento das Nações Unidas, intitulado "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", o qual demanda que os Estados membros assegurem que a educação de pessoas com NEE seja parte integrante do sistema educacional, reafirmando o compromisso para com a Educação para Todos, ao reconhecerem a necessidade e urgência para providenciar uma educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais (NEE) dentro do sistema regular de ensino. Proclamaram (Declaração de Salamanca, 1994, p. 08) que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades; e
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançan-

do educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Também na Declaração de Salamanca fica ressaltado que os alunos com NEE devem receber apoio suplementar de que precisam para assegurar uma Educação eficaz, apostando que a Educação Inclusiva é a melhor forma de promover a solidariedade entre os alunos especiais e aqueles considerados normais.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Porém, para Bueno (1993), a Educação Especial tem cumprido, na sociedade moderna, duplo papel, o de complementaridade da educação regular, atendendo de um lado a democratização do ensino, na medida que responde às necessidades de parcela da população que não consegue usufruir dos processos regulares de ensino; do outro, responde ao processo de segregação, legitimando a ação seletiva da escola regular.

O papel da Educação Especial assume, a cada ano, importância maior, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, sem discriminação, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania. Mas, como o discurso democrático nem sempre corresponde à prática das interações humanas, alguns segmentos da comunidade, principalmente os sujeitos com necessidades especiais, permanecem à margem, discriminados, exigindo ordenamentos sociais específicos, que lhes garantam o exercício dos direitos e deveres.

Para Marques (1994), a Educação Especial apropriou-se de práticas nas quais o ANEE deveria freqüentar escolas e classes especiais, contribuindo para que esses sujeitos fossem facilmente identificados como diferentes e se mantives-

sem afastados do convívio com as demais pessoas, quer na escola, na rua ou no trabalho. A criação e a manutenção dessa estrutura paralela teve como objetivo maior beneficiar mais a sociedade do que o sujeito com necessidades especiais, uma vez que mantinha a grande maioria deles afastada do processo de interação social e escolar.

A modificação da realidade socialmente construída pelos homens só pode se efetivar a partir de uma visão crítica. Fortunato (1997) considera que numa política de atendimento ao deficiente faz-se necessário desvelar os reais papéis que a Educação Especial tem cumprido em nossa sociedade, muitas vezes eles têm servido mais para a manutenção da população deficiente no âmbito do assistencialismo, sendo este entendido como a antítese do direito ao exercício de cidadania.

Elemento básico na formação de uma sociedade justa e igualitária é reivindicar do Estado e da coletividade a compensação de déficits funcionais, independente de suas causas, desde que não firam o bem comum ou tornem-se privilégios, comprometendo a igualdade de direitos. Expressões recentes, dessa década, buscam dar novos entendimentos a situações antigas, procurando construir uma sociedade melhor. De acordo com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida na Tailândia em 1990, aborda que a Educação Inclusiva considera o ANEE como mais um que deve frequentar a escola.

O processo inclusivo pode significar uma verdadeira revolução educacional e envolve o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão.

De acordo com Mrech (1998 p. 37), Educação Inclusiva é:

O processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus níveis, da pré-escola ao quarto grau. Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo so-

cial. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional.

Para Mills (1999), o princípio que rege a Educação Inclusiva é o de que todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças, em classes heterogêneas. A Escola Inclusiva educa todos os alunos na rede regular de ensino, proporciona programas educacionais apropriados às necessidades dos alunos e prevê apoio para que o seu aluno tenha sucesso na integração. É o espaço ao qual todos pertencem, são aceitos, apoiados pelos membros da comunidade escolar. A inclusão resulta de um complexo processo de integração, de mudanças qualitativas e quantitativas, necessárias para definir e aplicar soluções adequadas. Falar de Inclusão no Brasil é falar de inclusão social, do direito de cidadania de todas as crianças. Para que as escolas possam estar absorvendo ANEE em classes regulares, é importante que os profissionais acreditem que é possível, percebendo possibilidades de ampliação no campo de atuação.

Carneiro (1997) retoma a discussão sobre a integração de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular na década de 90, abordando o assunto a partir das leis que foram instituídas e, portanto, cada vez é maior o número de alunos considerados especiais, que agora fazem parte da escola regular, dita para todos. Discutir a integração desses alunos no ensino regular envolve questões tais como as diferentes concepções de deficiência e com elas todo o problema de avaliação, diagnóstico e prognóstico daqueles indivíduos que não correspondem à expectativa de normalidade colocada pelos padrões sociais vigentes.

A inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular, como caminho fundamental para se atingir a inclusão social, constitui uma meta, neste novo século, cada vez mais firme, nos diferentes sistemas educativos, nos quais se pretende educar alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. Isto pressupõe que é o sistema educacional como um todo que assume a responsabilidade de Educação e não uma parte dele, a Educação Especial.

CONCLUSÃO

É nessa perspectiva que, enquanto educadores especiais e psicopedagogos, temos que nos referir aos alunos com necessidades especiais, que antes de serem especiais são alunos e sujeitos, suas necessidades só são especiais porque a sociedade assim as considera. Isto não significa que não devam receber um atendimento escolar adequado, pelo contrário, suas potencialidades precisam ser desafiadas, já que ainda há muitos preconceitos acerca da capacidade intelectual dessas crianças. Neste sentido, o papel fundamental da escola no processo de integração/inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais não se resume apenas em poder desenvolver com eles habilidades essenciais para a conquista de uma maior autonomia, mas também na possibilidade de poder contribuir com a sua evolução como pessoas.